



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	394.657,52	394.657,52
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	394.657,52	394.657,52
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	394.657,52	394.657,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	394.657,52	394.657,52
DEFICIT (VI)			1.276.832,90	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	1.671.490,42	394.657,52

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		3.746.804,26	548.180,56	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.771.661,00	2.771.661,00	19.999,96	19.999,96	19.999,96	2.751.661,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.771.661,00	2.771.661,00	19.999,96	19.999,96	19.999,96	2.751.661,04
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.838.339,00	4.585.143,26	1.651.490,46	569.299,99	569.299,99	2.933.652,80
INVESTIMENTOS	1.838.339,00	4.585.143,26	1.651.490,46	569.299,99	569.299,99	2.933.652,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	3.610.000,00	7.356.804,26	1.671.490,42	589.299,95	589.299,95	5.685.313,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	3.610.000,00	7.356.804,26	1.671.490,42	589.299,95	589.299,95	5.685.313,84
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	3.610.000,00	7.356.804,26	1.671.490,42	589.299,95	589.299,95	5.685.313,84
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	194.427,00	184.727,00	184.727,00	9.700,00	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	194.427,00	184.727,00	184.727,00	9.700,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	194.427,00	184.727,00	184.727,00	9.700,00	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO.

O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, órgão do Poder Judiciário do Maranhão, instituído pela Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014, tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados, conforme o que preceitua art. 2º, da Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014.

O projeto determina, entre outras medidas, que os recursos do FUNSEG sejam aplicados na manutenção, formação e aperfeiçoamento dos serviços de segurança aos magistrados, bem como construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Maranhão - SIGEF e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como

a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado do Maranhão. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

1- Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, segundo o MCASP, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: Janeiro a Dezembro de 2019

	R\$					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.771.881,00	2.771.881,00	18.888,88	18.888,88	18.888,88	2.751.881,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.771.881,00	2.771.881,00	18.888,88	18.888,88	18.888,88	2.751.881,04
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.838.338,00	4.585.143,28	1.861.480,42	688.288,96	688.288,96	2.933.862,80
INVESTIMENTOS	1.838.338,00	4.585.143,28	1.651.490,46	569.299,99	569.299,99	2.933.652,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	3.610.219,00	7.357.024,28	1.871.480,42	688.288,96	688.288,96	5.685.313,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	3.610.219,00	7.357.024,28	1.871.480,42	688.288,96	688.288,96	5.685.313,84
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	3.610.219,00	7.357.024,28	1.871.480,42	688.288,96	688.288,96	5.685.313,84
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em relação à execução da despesa orçamentária de 2019, houve uma economia na realização de despesa no valor de R\$ 5.685.313,84, demonstrada pela despesa fixada maior que a despesa executada, porém cabe ressaltar que a execução das metas planejadas do FUNSEG,

executou um percentual regular da meta prevista. Entretanto, como observado, sua execução orçamentária não fora em sua totalidade, uma vez que além da não tramitação de procedimentos licitatórios em tempo hábil, a maior parte dos investimentos em equipamentos foram feitos em exercícios anteriores

Do montante executado, foram inscritos R\$ 1.082.190,47 mil em Restos a Pagar não Processados, decorrentes de compromissos assumidos que não foram liquidados e pagos até o final do exercício, ficando com os saldos financeiros para execução no exercício seguinte.

Tendo em vista que o FUNSEG não é um órgão arrecadador o Balanço Orçamentário apresentou um déficit no valor de 1.276.832,90, indicando que as despesas orçamentárias foram superiores às receitas arrecadadas, mas esse fato não indica necessariamente um desequilíbrio ou uma irregularidade, mas apenas que órgão e executa suas despesas por meio das transferências financeiras recebida, que foram no montante de R\$ 3.696.910,39. As receitas arrecadas aparecem no Balanço consolidado da Unidade Gestora Central

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	394.657,52	394.657,52
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	394.657,52	394.657,52
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	394.657,52	394.657,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	394.657,52	394.657,52
DEFICIT (VI)			1.276.832,90	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	1.671.490,42	394.657,52

SIGEF/IMA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Foi aberto no exercício o superávit do exercício anterior no valor de R\$ 3.746.804,26.

As receitas arrecadadas referem-se basicamente à aplicação financeiras sobre os valores depositados em conta corrente durante o exercício financeiro no valor de R\$ 394.657,52.

Foi adotado o Princípio da Competência para o registro das despesas e o regime de caixa para as receitas, de acordo com o que preceitua a Lei nº 4.320/64 em seu artigo 35 – “Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

E a execução orçamentária e financeira do órgão foi realizada dentro do exercício financeiro, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido no Art. 34 da lei nº 4.320/64 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

2- Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, segundo o MCASP, demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2019

	R\$	
INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2019	Janeiro a Dezembro/2018
Receita Orçamentária (I)	394.657,52	-
Ordinária	14.042,58	-
Vinculada	380.614,94	-
Recursos Vinculados à Educação	380.614,94	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	3.696.910,39	-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	3.696.910,39	-
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.136.013,03	-
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.082.190,47	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.822,56	-
Aplicações do RPPS	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.941.231,26	-
Caixa e Equivalente de Caixa	3.941.231,26	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	9.168.812,20	-

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

As receitas orçamentárias somaram R\$ 394.657,52 e as Transferências financeiras recebidas R\$ 3.696.910,39, indicando o somatório dos recursos vinculados e não vinculados, e os ingressos extraorçamentários no valor de R\$ 1.082.190,47, indicam os valores inscritos em Restos a Pagar não Processado do exercício.

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2019	Janeiro a Dezembro/2018
Despesa Orçamentária (VI)	1.671.490,42	-
Ordinária	-	-
Vinculada	1.671.490,42	-
Recursos Vinculados a Educação	1.123.309,86	-
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	548.180,56	-
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	238.549,56	-
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	184.727,00	-
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.822,56	-
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	-	-
Aplicações do RPPS	-	-
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	7.258.772,22	-
Caixa e Equivalente de Caixa	7.258.772,22	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	9.168.812,20	-

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

As despesas orçamentárias totalizaram R\$ 1.671.490,42, correspondente à despesa efetivamente empenhada no exercício.

O saldo de caixa, ou seja, o disponível para o exercício seguinte foi de R\$ 7.258.772,22, indicando um resultado financeiro, apurado da diferença entre a soma dos ingressos orçamentários e os extraorçamentários menos a soma dos dispêndios orçamentários e os extraorçamentários, ou calculado pela diferença entre o disponível atual e o disponível anterior, totalizou o valor de R\$ 3.317.540,96.

3- Balanço Patrimonial

O Balanço patrimonial, conforme MCASP, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do Patrimônio, bem como dos atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

3.1 – Ativo Circulante

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	R\$	
ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.258.772,22	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	7.258.772,22	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	7.258.772,22	-
TOTAL DO ATIVO	7.258.772,22	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

As disponibilidades do FUNSEG são compostas por valores registrados em caixa, conta corrente bancária e em aplicações financeiras. Os valores registrados em Caixa foram conciliados até 31/12/2019, podendo ser verificada na prestação de contas. As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, não havendo necessidade de tradução em moeda estrangeira por não ter transações em outras moedas.

3.2 - Passivo e Patrimonio Líquido.

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	R\$	
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
Ativo Financeiro	7.258.772,22	-
Ativo Permanente	-	-
Total Ativo (I)	7.258.772,22	-
PASSIVO		
Passivo Financeiro	1.082.190,47	-
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	1.082.190,47	-
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	6.176.581,75	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

3.2.1 Passivo Circulante

O FUNSEG não apresentou saldo nas contas de Passivo Circulante, os compromissos do órgão são com os RAP não processados, não configurando na Balanço Patrimonial.

3.2.2 Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido, também chamado de Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os passivos. Os valores encontram-se discriminados no quadro principal do Balanço Patrimonial, trata-se de superávits acumulados de exercícios anteriores.

4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2019	Janeiro a Dezembro / 2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	394.657,52	-
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	394.657,52	-
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.696.910,39	-
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.696.910,39	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	194.899,99	-
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	194.899,99	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	4.286.467,90	-

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

O montante de R\$ 3.696.910,39 correspondente às transferências intragovernamentais recebidas, representam o valor que fora transferido pela unidade arrecadadora.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2019	Janeiro a Dezembro / 2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	204.726,96	-
SERVIÇOS	204.726,96	-
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	764.199,98	-
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	764.199,98	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	968.926,94	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	3.317.540,96	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

As variações diminutivas no montante de R\$ 764.199,98 representam as transferências patrimoniais concedidas, ou seja, bens adquiridos pelo fundo e transferidos para a Unidade Gestora do Tribunal onde os bens do Poder Judiciário são incorporados.

5 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Os Fluxos de Caixa das Atividades das Operações compreendem a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas, apresentando um valor de R\$ 3.886.840,95

Os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento compreendem a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos, o FUNSEG apresentou atividades de financiamento no valor de R\$ (569.299,99), indicando que o resultado operacional está financiando os investimentos.

Os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento compreendem a diferença entre as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito e as despesas com amortização da dívida. O IFB não apresentou movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamento durante o período analisado, no FUNSEG não apresentou movimentação.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é o resultado dos fluxos. No ano de 2019, totalizou o valor de R\$ 3.317.540,96.

6 – Considerações Finais

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2019, devido ao processo de implantação do sistema novo de Administração Financeira e Orçamentária – SIGEF que ocorreu durante esse exercício, não apresentou as colunas referentes ao exercício anterior, evidenciando uma limitação na hora de analisar a evolução dos dados de um ano para o outro, haja vista que o sistema novo não conseguiu importar as informações dos exercícios anteriores.